

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAAC
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KÁTIA CILENE DOS SANTOS SILVA

LEITURA DA OBRA DE MALTHUS A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: PROF. EURIPEDYS EWBANK ROCHA

Fortaleza – Ceará
1998.1

KÁTIA CILENE DOS SANTOS SILVA

**LEITURA DA OBRA DE MALTHUS A
PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS**

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Ceará, como parte
dos requisitos necessários para obtenção
do diploma de Bacharela em Economia.

Orientador: PROF. EURIPEDYS EWBANK ROCHA

Fortaleza – Ceará
1998.1

KÁTIA CILENE DOS SANTOS SILVA

LEITURA DA OBRA DE MALTHUS A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS

Aprovada: 02/outubro/1998.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador/ Euripedys Ewbank Rocha

Prof. Agamenon Tavares de Almeida

Prof. Fábio Maia Sobral

AGRADECIMENTOS:

- Ao Prof. Euripedys Ewbank Rocha pela orientação na elaboração desta monografia.
- Aos professores Agamenon Tavares de Almeida e Fábio Maia Sobral pela participação na banca examinadora.
- Aos meus pais.
- Aos professores da UFC.
- Aos colegas do Curso de Ciências Econômicas.

Sumário

Introdução.....	06
1. A Compreensão da Obra de Malthus na Literatura Econômica no Período de 1940 a 1970.....	07
1.1. Thomas Robert Malthus e suas Obras.....	07
1.2. A Teoria “Malthusiana” sobre o Crescimento da População.....	10
1.2.1. Crescimento da População.....	10
1.2.2. Quadro Pessimista de Malthus.....	18
1.3. Explicação de Malthus sobre a Renda.....	21
1.4. A Questão da Superprodução.....	22
2. A Compreensão da Obra de Malthus na Literatura Econômica no Período de 1971 a 1993.....	24
2.1. “A Teoria da População”.....	24
2.2. Renda da Terra.....	30
2.3. Superprodução.....	31
3. Considerações Finais.....	33
Bibliografia.....	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da leitura de livros didáticos relacionados a obra de Malthus. Através da bibliografia pertinente estudada, são expostas as visões de vários autores sobre a mesma. A obra de Malthus é abordada em dois períodos, onde o primeiro abrange a literatura econômica de 1940 a 1970. E o segundo período a literatura econômica de 1971 a 1993.

É dentro desta estrutura, que estão expostas as suas teorias, doutrinas e explicações sobre assuntos os quais se dedicou a pesquisar e escrever, tornando-se possível acompanhar os principais pontos, tópicos e aspectos, nos quais Malthus trabalhou e baseou a sua obra. Podemos visualizar e observar as influências que Malthus recebeu dos problemas que faziam parte da época em que viveu, de como e de que forma Malthus constituiu a sua obra. E como o mesmo contribuiu para construção da teoria econômica.

Percebe-se que as abordagens feitas pelos autores que escreveram sobre a obra de Malthus, enfatizam mais o *Ensaio sobre o Princípio da População*, evidenciando as causas e efeitos econômicos do “problema do crescimento da população.”

Por fim, temos as considerações finais, onde expõe-se de maneira explicativa e sintética, a importância da obra de Malthus.

Capítulo 01

A Compreensão da Obra de Malthus na Literatura Econômica no Período de 1940 a 1970.

1.1. Thomas Robert Malthus e suas Obras.

Em 1798 foi publicada a obra mais célebre de Malthus, *An Essay on the Principle of Population*¹ (Ensaio sobre o Princípio da População), na qual concluiu que a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, o que acarretaria pobreza e fome generalizadas.

Para Malthus, quando a desproporção chega a extremos, as pestes, epidemias e mesmo as guerras encarregam-se de reequilibrar (temporariamente) a situação.² A forma aconselhada por Malthus de evitar essas catástrofes seria negar toda e qualquer assistência às populações pobres e aconselhar-lhes a abstinência sexual, com o fim de diminuir a natalidade. Os assalariados deveriam ter consciência de que, “com o

¹ MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de Economia Política e Considerações sobre sua Aplicação Prática*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

² SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 4ª edição, p.205.

número de trabalhadores crescendo acima da proporção do aumento da demanda de trabalho no mercado, o preço do trabalho tende a cair, ao mesmo tempo que o preço dos alimentos tenderá a elevar-se”.³

A tese de Malthus foi contestada, entre outros, por Fourier e Marx,⁴ por ignorar a estrutura social da economia e as possibilidades criadas pela tecnologia agrícola. David Ricardo e outros economistas clássicos incorporaram o “princípio da população” às suas teorias, supondo que a oferta de trabalho era inesgotável, sendo limitada apenas pelo “fundo de salários”, ou seja, o salário médio do trabalhador sendo definido pela quantidade de capital disponível nas mãos dos empregadores dividida pelo número de trabalhadores. Dessa forma, os salários não poderiam subir enquanto o capital disponível do empregador não aumentasse, o que, por sua vez, dependeria do aumento da poupança; a redução da poupança seria a única forma plausível de aumentos efetivos de salários. Paralelamente, Malthus aplicava suas próprias teorias ao estudo da renda no livro *An Inquiry into the Nature and Progress of Rent*, 1815⁵ (Investigação sobre a Natureza e o Progresso da Renda). Sua concepção

³ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 4ª edição, p.205.

⁴SANDRONI. FOURIER, François-Marie Charles. Pensador francês, um dos principais representantes do chamado socialismo utópico ou romântico.

SANDRONI. MARX, Karl Heinrich. Filósofo e economista alemão, o mais eminente teórico do comunismo.

⁵ SANDRONI. Op. cit. p. 205.

da renda diferencial da terra foi baseada, na aplicação da Lei dos Rendimentos Decrescentes, que admitia que o proprietário rural ocupava áreas menos férteis à medida que a população aumentava.

Nos escritos subseqüentes, as concepções do *Ensaio sobre o Princípio da População* foram o ponto de partida para análises mais abrangentes de questões econômicas e sociais, tratadas em livros, panfletos e artigos. Surgiram assim *The Poor Law, 1817* (A Lei dos Pobres); *Principles of Political Economy Considered with a View to their Practical Application, 1820* (Princípios de Economia Política Considerados Com Vista à sua Aplicação Prática); e *Definitions of Political Economy, 1827* (Definições de Economia Política).⁶

Uma das polêmicas mais célebres do período foi travada entre Ricardo e Malthus a respeito da chamada Lei de Say,⁷ segundo a qual a produção cria seu próprio consumo. Malthus argumentou que um aumento da poupança (vista como investimento) diminuiria o consumo e aumentaria a oferta de bens por meio do aumento do investimento. E tentou demonstrar que o nível de atividade numa economia de mercado depende

⁶ SANDRONI. Op. cit. p. 205.

⁷ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Para uma compreensão da importância da *Lei de Say* no debate da teoria macroeconômica contemporânea, ver Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 1989. Cap. 01, p. 13.

da demanda efetiva, uma idéia que mais tarde seria retomada por J. M. Keynes.⁸

1.2. A Teoria “Malthusiana” sobre o Crescimento da População.

A teoria “malthusiana” é de grande interesse; tem seu próprio lugar significativo na história geral das ciências e relações históricas com filosofias sociais, morais e políticas. É através deste caminho que buscaremos as causas e efeitos econômicos da “lei” malthusiana do crescimento da população.

1.2.1. Crescimento da População.

“A formação inicial do interesse de Malthus pelo estudo do crescimento da população, resultou indiretamente de discussões que teve com seu pai sobre um conjunto de idéias ou doutrinas que então despertavam interesse em alguns círculos intelectuais ingleses.”⁹. Onde os principais pontos eram:

⁸ KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1990.

⁹ TAYLOR, Overton H. *História do Pensamento Econômico*. Volume 01, cap. 06, p. 199.

“1) A natureza humana é “perfectível”, isto é, com o progresso do “iluminismo” todos os seres humanos podem tornar-se e se tornarão, com o tempo, indivíduos e cidadãos intelectual e moralmente “perfeitos”, pensando, sentindo e agindo sempre espontaneamente da melhor maneira para o bem-estar individual e coletivo de todos eles;

2) Em todas as sociedades imperfeitas, históricas e existentes, as principais origens dos males que as afligem tem sido e são as instituições da propriedade privada, da família e da herança de riqueza ou propriedade em famílias, que trabalham para engendrar e perpetuar a desigualdade econômica, social e política, ou a divisão (estratificação) de toda a sociedade em classes superiores e inferiores – os poucos ricos e poderosos e os muitos pobres, humildes e miseráveis – em perpétuo conflito umas com as outras; e como outra consequência ainda de tudo isso e o mal culminante, o Estado coercitivo, que existe para proteger a propriedade do rico, para reprimir o pobre rebelde e, geralmente, para controlar os conflitos entre homens e grupos, os quais resultam todos, essencialmente, de sua desigualdade ou impossibilidade de dar e receber “justiça natural” em seus tratos uns com os outros; e

3) Na sociedade ideal, atingível, do futuro mais ou menos distante, todas essas instituições e toda a coerção de alguns por outros seres humanos

terão sido abolidas; e todos os indivíduos, completamente livres, iguais e fraternais; viverão juntos em harmonia espontânea e perfeita, ou em mútua cooperação para o seu bem comum; e a pobreza e a miséria ou desgraça, que tem sido sempre a sorte da maioria, desaparecerão da Terra.”¹⁰

Malthus sentia ou pressentia com igual força que estes pontos lhe pareciam irrealis ou incompatíveis com os duros fatos universais permanentes, ou “leis naturais”, ou aspectos do mundo e da natureza e comportamento humano como realmente eram e sempre seriam. Malthus suspeitava, e dispôs-se a provar em seu estudo do crescimento da população, que a existência de pobreza generalizada nas velhas sociedades maduras era resultado “natural”, difícil de curar ou evitar inteiramente, era fruto duma forte tendência da fecundidade das espécies para produzir, a longo prazo, em todos os territórios ou meios, mais pessoas do que o maior crescimento possível da produção econômica local poderia suprir adequadamente de comida e sustento econômico; e, além disso, que, até onde estava envolvido o poder (limitado) dos sistemas e instituições sociais para afetar a questão, Malthus era capaz de fazer tudo o que se podia fazer para minorar o mal, ao passo que a utopia

¹⁰ TAYLOR. Op. cit. pp. 199-200.

pontos apresentados, se viesse algum dia a realizar-se, no fim de contas o tornaria pior do que nunca. É a partir deste ponto que Malthus inicia seu trabalho chamando a atenção para os dois seguintes postulados: primeiro, o alimento é necessário à existência do homem; segundo, a paixão entre os sexos é inevitável e permanecerá como foi no passado. “Como o poder para aumentar a população é maior do que o poder da terra para produzir a subsistência do homem, seguir-se-ão conseqüências funestas. O crescimento da população é rápido e fácil e, quando não controlado, aumenta em razão geométrica. O aumento do suprimento de alimentos é comparativamente lento e árduo, ocorrendo em razão aritmética. Quando a população aumentar até nível superior ao do suprimento de alimentos, o vício e a miséria reduzirão seus membros.”¹¹ Malthus acreditava fosse tão grande a desigualdade entre o poder de uma população para aumentar e a produção de alimentos, e isso representasse uma lei natural por tal forma imutável, que não via modo algum “de escapar o homem dessa lei que permeia toda a natureza animada”.¹²

¹¹ BELL, John Fred. *História do Pensamento Econômico*. Parte III, cap. 11, p.180.

¹² BELL. Op. cit. p.181.

No *Ensaio sobre o Princípio da População*, a argumentação elaborada por Malthus, empenhava-se em provar que a verdadeira causa fundamental da pobreza das massas residia não em instituições sociais alteráveis, obra de homens, mas em duas “leis” universais e permanentes da própria “natureza” – uma “lei natural” biológica e outra econômica. No vigor de sua hipótese biológica natural, juntamente com as limitações impostas pela natureza, encontrou uma situação que não podia ser consertada pelas leis da sociedade. “Com a garantia da assistência do Estado ou da paróquia, as leis tenderiam a encorajar, ou pelo menos a não desencorajar a união de pessoas (casamento). Seguia-se um aumento provável da população sem nenhum aumento no suprimento de alimentos – uma consequência que Malthus temia.”¹³

“A impossibilidade, a longo prazo, de uma contínua taxa de crescimento da produção de comida e outros bens necessários à manutenção da vida, suficiente para igualar e sustentar o contínuo crescimento da população a tal razão potencial, aliás “natural”, ou para permitir que esse crescimento se efetue de fato. Sob quaisquer e todas as espécies de instituições e sistemas sociais, as populações humanas

¹³ BELL. Op. cit. p.183.

tenderão fortemente, com o tempo, a exceder a capacidade limitada das áreas de terra disponíveis, e o trabalho aplicado ou aplicável a elas, para alimentar e sustentar as populações crescentes... até que o crescimento das últimas seja sustado, como terá de ser mais cedo ou mais tarde, pela entrada em jogo de alguns ou de todos os vários entraves necessitados pelo excesso "natural" da taxa "natural" de crescimento livre da população acima da mais alta taxa sustentável de aumento da produção de alimento."¹⁴

Para melhor entendermos as preocupações de Malthus, quanto ao problema do crescimento da população é necessário conhecermos de quais entraves o mesmo fala.

Para Malthus, "a taxa realizada de crescimento de uma população depende, naturalmente, da extensão do excesso de seu índice de natalidade anual – o número de crianças nascidas cada ano por mil membros da população preexistente – sobre sua taxa de mortalidade anual – o número de indivíduos que morrem cada ano, por mil membros

¹⁴ TAYLOR. Op. cit. p. 201.

da população preexistente. Daí que haja duas maneiras pelas quais se poderá obter a restrição ou ajustamento final necessário da taxa de crescimento de uma população ao da quantidade de comida e manutenção econômica obteníveis para ela. Até ao ponto que este ajustamento não seja realizado, enquanto houver ainda uma margem favorável de “subsistência” obténível para a população, pelo aumento do uso ou prática suficiente do “entrave preventivo”, ou redução do índice de natalidade, ele será produzido, em vez disso, inevitavelmente, a longo prazo, por um aumento de condições calamitosas – superpopulação, escassez de “subsistência” e pobreza generalizada – pondo energicamente em jogo “os entraves positivos” que aumentam a taxa de mortalidade. Com efeito Malthus dava como “entraves positivos” todos os fatores que agiam para aumentar a taxa de mortalidade – crescentes graus de freqüência e gravidade de guerras, epidemias, assassínios, acidentes, etc., assim como aumento e expansão da pobreza, que trarão como conseqüência a subnutrição e a falta de habitação, de higiene, de cuidados médicos adequados, etc. – e argumentava, acertadamente, que o aumento das populações dos países relativamente às suas áreas e recursos tende a produzir crescentes índices de mortalidade de todas estas maneiras. Mas ele salientava como parte principal deste quadro

funesto a rigorosa pobreza generalizada entre as massas em todos os países demasiado populosos, a qual representa o principal papel em tornar seu índice de mortalidade quase igual ao seu persistente alto índice de natalidade, diminuindo assim o seu aumento ainda contínuo de população até ao ponto em que possa ser mantido – escassamente no mesmo baixo padrão de vida inadequado – por seu limitado ou lento aumento contínuo de produção de comida e/ou de produção de outros produtos e a aquisição de “subsistência” em troca deles.”¹⁵

“Ora, deve ficar claro que na argumentação total de Malthus, há partes diferentes, separáveis e dessemelhantes, que exigem apreciação separada. Tomada por si só, sua teoria biológica e econômica básica geral da tendência do crescimento desenfreado da população para prosseguir mais rapidamente do que ser aumentada a produção de comida e sustento para a população crescente; o aparecimento e ação necessários, mais cedo ou mais tarde, dos entraves ao crescimento da população, reduzindo a sua taxa à do crescimento do sustento para ela; e o ponto até ao qual a evitação da superpopulação e da pobreza das massas depende de opor a repressão a tempo e em medida suficiente pelo “entreve

¹⁵ TAYLOR. Op. cit. pp. 202-203.

preventivo”¹⁶, em vez de tarde demais pelos “entraves positivos”... tudo isto é absolutamente da natureza da teoria científica, por mais imperfeito que possa ser como solução de todo o complexo dos problemas científicos importantes.”¹⁷

1.2.2. Quadro Pessimista de Malthus.

“Malthus considerava que a maioria das sociedades e épocas, *salvo* o mundo ocidental moderno no sentido em que é afetado por todas as conseqüências gradualmente amadurecidas da revolução industrial, as populações humanas têm-se ajustado em geral a novas fontes e possibilidades de manutenção econômica da mesma maneira ou aproximadamente da mesma maneira que caracteriza as populações de seres vivos de todas as outras espécies e que Malthus supunha seriam permanentes no mundo humano. Significa isto o ajustamento do número de pessoas de uma região ou meio à capacidade ou quaisquer mudanças de capacidade do meio para sustentá-las, pelo processo compreendido:

¹⁶ “entreve preventivo” era a maneira que Malthus denominava o controle de natalidade.

¹⁷ TAYLOR. Op. cit. p. 205.

- 1) num índice de nascimentos relativamente estável ou permanentemente alto, e
- 2) num índice de mortalidade mais variável, dependente das condições econômicas, isto é, da relação presente do tamanho da população em cada época com seu maior suprimento total obtível de comida e de todos os bens necessários à manutenção da vida.”¹⁸

“Assim, enquanto a população cresce, sua produção total de bens necessários à manutenção da vida só pode aumentar lentamente, e este último aumento com o tempo se tornará ainda mais lento até chegar à paralisação completa, quando a população se tornar demasiado grande e densa relativamente à provisão disponível de terra fértil e de todos os recursos naturais necessários à manutenção da vida. Então, com a crescente pobreza, a taxa de mortalidade subirá até igualar aproximadamente a taxa ainda alta de nascimentos e o “ajustamento” será completo – o crescimento da população cessará até que ocorra novo

¹⁸ TAYLOR. Op. cit. p. 208.

desenvolvimento econômico e, baixando a taxa de mortalidade, renove o ciclo.”¹⁹

“Embora as considerações de Malthus se tenham baseado em observações imperfeitas e em dados inadequados, ele prestou serviço útil à Economia ao colocar a população e sua importância em alto nível no raciocínio econômico. A pressão da população sobre os meios de subsistência – ou a relação homem-terra – levou a migrações de povos e ao desenvolvimento industrial subsequente: mudou ou modificou os padrões culturais de muitas terras, na maioria dos casos para melhor. As técnicas modernas de produção agrícola e industrial, os meios de distribuição aprimorados e toda miríade²⁰ de coisas que a humanidade desenvolveu para melhorar a sua situação não poderiam ter sido previstos por Malthus ou qualquer outro. As consequências que ele pensou ameaçassem a humanidade foram proteladas, se não mesmo eliminadas, mas a verdade geral da teoria permanece irrefutável como ampla formulação de uma tendência.”²¹

¹⁹ TAYLOR. Op. cit. p. 208-209.

²⁰ Quantidade indeterminada, porém grandíssima.

²¹ BELL. Op. cit. p. 184.

1.3. Explicação de Malthus sobre a Renda.

“A explicação de Malthus sobre a renda é clara e concisa, podendo ser apreciada por todo aquele que seja capaz de extraí-la dos panfletos e dos *Principles of Political Economy*. Ele identifica uma parte dos ganhos ou proventos do senhor da terra e proprietário como tendo origem e caráter diferentes da origem e caráter dos demais proventos, isto é, um excesso sobre o custo da produção e das taxas correntes de lucros. Qualquer produto que reste após a restauração do dispêndio do cultivador, juntamente com a taxa corrente de lucro, constitui a renda. Foram as seguintes as razões apresentadas por Malthus para o aparecimento da renda da terra:

1. A terra produz mais do que o suficiente para manter os cultivadores ou produtores; em outras palavras, há a fertilidade do solo.
2. A peculiaridade das terras agrícolas no fazer que a procura pelas terras aumente com a oferta das mesmas, ou no “aumentar o número de interessados (população)

proporcionalmente à quantidade de coisas necessárias produzidas”.

3. A escassez relativa de terra fértil, natural ou artificial. Quando há mister usar o produto da terra inferior, esta é cultivada a um preço do produto que reembolse o seu custo e reembolse os lucros comuns do lavrador, neste caso, pagará muito mais ao proprietário de terras superiores, e isso é a renda econômica. A pressão da população força o uso de solos inferiores ou o uso mais intenso de todos os solos. Na falta de nova tecnologia (permanecendo iguais os demais fatores), esta terceira razão é a lei dos rendimentos decrescentes.”²²

1.4. A Questão da Superprodução.

“Malthus opinava que as mercadorias são freqüentemente trocadas por trabalho ou por serviços pessoais.”²³ Malthus como Ricardo, aceitou o *dictum* de Smith de que a divisão do trabalho é limitada unicamente pela extensão do mercado. Assim, uma extensão da divisão do trabalho

²² BELL. Op. cit. p. 189-190.

²³ BELL. Op. cit. p. 194.

ocasionaria uma superprodução ou saturação do mercado. Malthus afirmou que tal situação pode ocorrer tanto em muitos casos como em poucos. Somente no tocante à produção de alimentos Malthus admitiria que não se poderia dar uma superprodução. “Explica que alguns grupos de produtores, notadamente os manufatores, empregam o seu capital para a produção e não tem disposição alguma para consumir tudo o que produzem; mais ainda, não fosse pelo fato de existir em todos os países aqueles indispostos a consumir um valor igual ao daquilo que produzem, não poderia haver aumento algum no capital nacional. Era de opinião que deve haver despesas para encorajar o comércio e a atividade econômica geral.”²⁴ Malthus lutava por estabelecer um equilíbrio dos fatores responsáveis pelo “progresso da riqueza” e desenvolvimento da economia.

²⁴ BELL. Op. cit. p. 194.

Capítulo 02

A Compreensão da Obra de Malthus na Literatura Econômica no Período de 1971 a 1993.

2.1. “A Teoria da População”

“Malthus viveu numa época tumultuada, de intensos conflitos de classes, e suas obras refletem sua posição com relação a esses conflitos. Havia dois conflitos principais. Primeiro, a Revolução Industrial só foi possível com imensos sacrifícios e grande sofrimento da classe operária em geral. Os trabalhadores nem sempre aceitavam humildemente estes sacrifícios e, conseqüentemente, sofriam não só com as angústias sociais e econômicas, como também com a opressão legislativa e política. Em segundo lugar, em fins do século XVIII e início do século XIX, a antiga classe proprietária de terras ainda tinha o controle efetivo do Parlamento

inglês e travou-se um intenso conflito entre esta classe e a nova classe capitalista industrial.”²⁵

“As obras de Malthus, são caracterizadas por sua preocupação social dominante e por sua abordagem teórica. Na década de 1790 e no início da década de 1800, sua principal preocupação era com a inquietação dos trabalhadores e com os esquemas que estavam sendo defendidos por intelectuais radicais, com relação à reestruturação da sociedade, a fim de promover o bem-estar e a felicidade dos trabalhadores. Estes esquemas – conforme Malthus percebeu corretamente – só poderiam tentar promover a causa dos trabalhadores em detrimento da riqueza e do poder das duas classes de proprietários – os capitalistas e os proprietários de terras. Malthus era porta-voz declarado dos ricos, e sua teoria da população serviu de estrutura para defendê-los.”²⁶

Malthus abordou em todo seu primeiro *Ensaio*, dois temas que tornaram-se dominantes em sua obra. “O primeiro era o argumento de que independentemente do êxito conseguido pelos reformadores²⁷, em suas tentativas de modificar o capitalismo, a

²⁵ HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica*. Cap. 04, p. 85.

²⁶ HUNT. Op. cit. p. 91.

²⁷ Reformadores, eram pessoas que procuravam modificar a situação na qual estava estruturada a sociedade da época.

atual estrutura de proprietários ricos e trabalhadores pobres reapareceria inevitavelmente. Esta divisão de classes era, segundo Malthus, uma consequência inevitável da lei natural. O segundo tema, era a pobreza e o sofrimento abjeto eram o destino inevitável da maioria das pessoas, em toda sociedade.”²⁸

“ “Devemos reprovar remédios específicos para o sofrimento humano” – argumentava Malthus – “e também devemos reprovar os homens bem intencionados, mas muito enganados, que pensam que estão prestando um serviço à humanidade, projetando esquemas para a eliminação total de erros particulares.””²⁹

A teoria da população em que Malthus baseava estas conclusões era relativamente simples. Acreditava ele que quase “todas as pessoas eram impelidas por um desejo quase que insaciável de prazer sexual e que, por isso, as taxas de reprodução, *quando incontidas*, levariam a aumentos em progressão geométrica da população; especificamente, a população duplicaria a cada geração.”³⁰ Ou seja, para Malthus, “a população, quando não

²⁸ HUNT. Op. cit. p. 93-94.

²⁹ HUNT. Op. cit. p. 94.

³⁰ HUNT. Op. cit. p. 94.

obstaculizada, cresce em proporção geométrica. Os meios de subsistência crescem somente em proporção aritmética.”³¹

“Seguindo-se a peculiar lógica malthusiana, nem os postulados – necessidade de alimentação e permanente atração entre os sexos – nem a decorrência – taxa geométrica de crescimento da população e aritmética dos meios de vida – podem ser questionados. O desajuste real entre alimentos e bocas, ou não ocorre, ou não consegue perdurar, graças à atuação de obstáculos preventivos e positivos. Enfim, o resultado efetivo é logrado independentemente dos postulados e decorrência. Há mecanismos de ajuste sempre capazes de conciliar pressupostos e resultado. As “leis naturais” são validadas, independentemente de o equilíbrio histórico contrapor-se aos desajustes virtuais que os postulados presumiriam.”³²

“Malthus, com efeito, menosprezou a capacidade de resposta do homem e da natureza, superdimensionando um fenômeno – a escassez de alimentos – que não decorre de nenhuma “lei natural”. Não levou na devida conta os efeitos do progresso técnico sobre a

³¹ COUTINHO, Maurício Chalfin. *Lições de Economia Política Clássica*. Cap. 04, p. 141.

³² COUTINHO. Op. cit. p. 143.

agricultura e sobre a produção em geral. A lei de população poderia ser questionada tendo em vista a própria inadequação dos prognósticos de evolução da oferta agrícola. Para nossos objetivos, no entanto, mais relevante é salientar as dimensões do pensamento malthusiano que viriam a exercer forte impacto no pensamento econômico da época.”³³

Para Malthus, a resposta mais imediata e óbvia era que a população de qualquer território era limitada pela quantidade de alimentos. “Embora Malthus estivesse consciente de que, com mais trabalho e melhores métodos de produção de alimentos, afirmava que era quase certo que os aumentos de alimento conseguidos em cada geração seriam cada vez menores, em determinado território. Na melhor das hipóteses, achava que a produção de alimentos poderia aumentar em progressão aritmética, que dizer, cada geração só poderia aumentar a produção em quantidade mais ou menos equivalente ao aumento conseguido pela geração anterior.

Então, se não houvesse qualquer outro, a fome acabaria limitando o crescimento populacional à taxa máxima segundo a qual pudesse ser aumentada a produção de alimentos. Havia porém,

³³ COUTINHO. Op. cit. p. 144.

muitos outros controles. Às vezes, Malthus classificava estes controles em duas categorias: preventivos e positivos. Os controles preventivos reduziam a taxa de natalidade; incluíam a esterilidade, abstinência sexual e o controle de nascimentos. Os controles positivos aumentavam a taxa de mortalidade; incluíam a fome, a miséria, as pragas, a guerra e o controle final e inevitável da morte pela fome. A população era sempre controlada por uma combinação destes controles, para ficar dentro dos limites da oferta disponível de alimentos.”³⁴

“Segundo este esquema de classificação, Malthus pode argumentar que, se a riqueza e a renda de qualquer membro da sociedade aumentasse, a grande maioria reagiria, tendo tantos filhos que logo voltaria ao nível de simples subsistência; só o homem moralmente virtuoso poderia escapar a este destino.”³⁵

“A orientação normativa da teoria da população continua existindo – como existia com Malthus – para convencer-nos de que a pobreza é inevitável, de que pouco ou quase nada pode ser feito a

³⁴ HUNT. Op. cit. p. 95.

³⁵ HUNT. Op. cit. p. 95.

seu respeito e de que ela é, em termos gerais, devida à fraqueza ou à inferioridade moral dos pobres.”³⁶

2.2. Renda da Terra.

O tratamento malthusiano da questão da renda da terra, diz respeito diretamente à determinação dos preços agrícolas, transcendendo o *princípio da renda diferencial*³⁷. “Malthus estava dissertando sobre o papel da agricultura, sobre a relação entre alimentos e população, e sobre o valor, além de apresentar a estratificação dos rendimentos conforme a fertilidade do solo.”³⁸

“Para Malthus, a naturalidade da renda e o fato de ela crescer junto com a população e acumulação do capital – portanto, concomitantemente à queda dos salários (devido a pressão sobre os alimentos) e dos lucros (devido à concorrência entre os capitais) – impediram que se falasse em oposição incondicional entre os rentistas³⁹ e a população. O elevado preço dos produtos dever-se-ia antes à pressão populacional que à figura do rentista, de cuja vontade ou existência a renda independeria.”⁴⁰ “Malthus concluiu que os lucros elevados, a prosperidade econômica e o crescimento populacional eram, de modo geral, as forças que levavam à maior produção agrícola. Esta teria, obrigatoriamente, que exigir o cultivo

³⁶ HUNT. Op. cit. p. 98.

³⁷ Exerce a função de compatibilizar a uniformidade das taxas de lucro com a produção desigual gerada por capitais do mesmo valor aplicados a terras de diferentes fertilidades.

³⁸ COUTINHO. Op. cit. p. 170.

³⁹ Pessoa cuja renda advenha exclusivamente da posse de capital.

⁴⁰ COUTINHO. Op. cit. p. 170.

de terras cada vez menos férteis, aumentando, com isso, as rendas. Portanto, as rendas elevadas eram tanto uma consequência, quando o melhor indicador de prosperidade econômica e social geral.”⁴¹

2.3. Superprodução.

“Para Malthus, a queda dos lucros e da renda na agricultura havia levado ao declínio do emprego agrícola e da renda doméstica, evidenciando uma deficiência de demanda em todos os mercados, ou uma “superprodução geral” de difícil superação através de simples ajustes entre os mercados. Os argumentos sobre essa crise conjuntural foram desenvolvidos e generalizados, convertendo a simples ênfase no desequilíbrio em uma análise geral dos obstáculos ao crescimento da riqueza.”⁴²

Parecia óbvio para Malthus, que a causa de uma superprodução geral de mercadorias era a insuficiência periódica da procura efetiva. “A única resposta para este problema, na opinião de Malthus, era adotar políticas que alterassem a distribuição da renda, deixando os capitalistas com menos lucros e alguma outra classe com mais renda para ser gasta em consumo.”⁴³ “A solução apontada por Malthus implicava a criação de um exército de trabalhadores improdutivos como criados dos proprietários de terras. Eles

⁴¹ HUNT. Op. cit. p. 103.

⁴² COUTINHO. Op. cit. p. 173-174.

⁴³ HUNT. Op. cit. p. 107.

consumiriam a riqueza material sem produzi-la e, com isso, eliminariam o problema da insuficiência da procura agregada.”⁴⁴

“A única maneira de garantir uma procura efetiva suficiente era, através de algum mecanismo de redistribuição, que permitisse aos proprietários de terras receberem mais renda e, com isso – por meio de seus próprios gastos e dos gastos de seus criados – contribuir mais para a procura agregada, sem contribuir para aumentar mais ainda a produção.”⁴⁵

Dessa forma, Malthus se referiu à dificuldade de se processarem ajustes de curto prazo entre a oferta e demanda, com à perspectiva de longo prazo de que o crescimento fosse bloqueado pela falta de motivos de acumulação, preocupando-se efetivamente com as conseqüências práticas das ações econômicas.

⁴⁴ HUNT. Op. cit. p. 107.

⁴⁵ HUNT. Op. cit. p. 107.

Capítulo 03

Considerações Finais

Este trabalho sobre a **Obra de Malthus a Partir de Livros Didáticos** procurou ser breve, envolvendo diferentes autores, onde estes, através de uma perspectiva crítica revelaram aspectos importantes para melhor entendimento dos tópicos abordados. Buscou salientar fatores explicativos comuns, capazes de servirem de fundamento para um novo trabalho. Fatores que constituem as condições iniciais para compreensão da obra de Malthus. Tais como, demanda, oferta e fatores institucionais.

Examinando-se cada autor individualmente, podemos observar a maneira como cada um visualizou a obra de Malthus dentro da literatura econômica.

TAYLOR

Abordou a obra de Malthus pelo estudo do crescimento da população, através do conjunto de idéias ou doutrinas. Evidenciou a maneira que Malthus trabalhou os pontos principais da teoria sobre o crescimento da população, expondo que Malthus sentia ou pressentia, a existência de pobreza generalizada, era difícil de curar ou evitar. Onde a taxa realizada de crescimento de uma população

depende, naturalmente da extensão do excesso de seu índice de natalidade anual. Salientou que Malthus preocupava-se com a tendência do crescimento desenfreado da população e de como obteria-se alimento para suprir as necessidades.

BELL

Mostrou um Malthus pessimista, quanto ao problema do crescimento da população, colocando que a subsistência do homem, seguir-se-ão conseqüências funestas. Onde o vício e a miséria reduziriam seus membros. Chamando atenção sobre a argumentação elaborada por Malthus, que a causa fundamental da pobreza residia em uma lei biológica e outra econômica. Indicando que apesar de Malthus ter baseado as suas considerações em observações imperfeitas e em dados inadequados, ele prestou serviço útil à economia.

Quanto a questão da renda da terra, Bell opinou que Malthus era possuidor de uma explicação clara e concisa. Identificando adequadamente as partes envolvidas. Já quanto a questão da superprodução Malthus, segundo Bell, não foi feliz ao afirmar que

não se poderia obter uma superprodução no tocante à produção de alimentos.

HUNT

Observou que as obras de Malthus refletem a sua posição, quanto aos intensos conflitos de classes, vividos em sua época. E que as mesmas, são caracterizadas por sua preocupação social dominante e por sua abordagem teórica.

Hunt observou, que o problema do crescimento da população para Malthus, baseava-se na conduta das pessoas. Estas possuem um desejo quase insaciável de prazer sexual, e na resposta mais imediata, e óbvia que a população era limitada pela quantidade de alimentos. Evidenciando controles que Malthus, classificava como: “preventivos” e “positivos”, onde o primeiro reduziria a taxa de natalidade, e o segundo aumentaria a taxa de mortalidade. Mostrando que a combinação desses controles, poderia controlar a população, dentro dos limites da oferta disponível de alimentos.

COUTINHO

Buscou evidenciar que seguindo-se a lógica malthusiana a respeito da teoria da população, o resultado efetivo é logrado independentemente dos postulados e decorrência. Há mecanismos de ajuste sempre capazes de conciliar pressupostos e resultado. Observou que Malthus, menosprezou a capacidade de resposta do homem e da natureza, superdimensionando um fenômeno – a escassez de alimentos.

Bibliografia

1. BELL, John Fred. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, 1953.
2. COUTINHO, Maurício Chalfin. Lições de Economia Política Clássica. São Paulo: HUCITEC, 1993. (Economia & Planejamento).
3. HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica. E. K. HUNT; tradução [de] José Ricardo Brandão Azevedo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
4. ROCHA, Euripedys Ewbank. Malthus e Cantillon na Visão de Joseph Spengler e Mark Blaug – Clássicos por Clássicos, volume 2, cap. 3 – Pesquisa DTE 1994, Fortaleza-Ceará.
5. SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. 4ª edição. São Paulo: Best Seller, 1994.
6. SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 1993.
7. SPENGLER, Joseph. Evolución Del Pensamento Econômico. Organização: Joseph Spengler e William Allen. Madri: Editorial Oikos, 1971.
8. TAYLOR, Overton H. História do Pensamento Econômico. Overton H. Taylor; tradução [de] João José Távora. Volume 1. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.